



COMUNICADO

Tendo sido veiculado pelas redes sociais e *sites* relacionados com a columbofilia, a notícia da alegada demolição de pombais sitos na Quinta do Lavrado, freguesia da Penha de França (Lisboa), com relevantes inexatidões, publica-se o presente esclarecimento.

- 1) Doze columbófilos, associados da Sociedade Columbófila de Portugal (SCP), utilizavam pombais em terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa para o efeito, sito na Quinta do Lavrado;
- 2) A utilização de tal terreno foi autorizada através da celebração de contratos de cedência precária, mediante pagamento da respetiva taxa prevista no respetivo regulamento municipal;
- 3) A situação dos referidos columbófilos era distinta, havendo 4 que utilizavam o referido terreno sem contrato formalizado, 4 com taxas por pagar e 4 em situação regular;
- 4) Em 2010, o Município de Lisboa deu início a conversações com vista à alienação do terreno utilizado pelos columbófilos à REN, para construção de uma subestação elétrica;
- 5) Desde esse ano, o Município de Lisboa reuniu, por diversas vezes, com a Associação Columbófila do Distrito de Lisboa (ACDL), com vista à deslocalização dos pombais sitos no terreno a alienar;
- 6) A ACDL acompanhou as referidas reuniões realizadas em 2013 e 2014, assegurando o compromisso do Município de Lisboa na disponibilização de um terreno alternativo e de apoio à edificação de pombais;
- 7) Em 30 de Dezembro de 2014, o Município de Lisboa formalizou a referida alienação;



- 8) Assim que se iniciaram as obras no terreno alienado, próximas aos pombais, a SCP e a ACDL contactaram o departamento competente da Câmara Municipal no sentido de assegurar o respeito pela segurança dos pombos correio e pelo acordado em anteriores reuniões;
- 9) Da mesma forma, deram conhecimento à FPC do sucedido que, a partir de tal momento, passou a acompanhar o desenrolar de todos os acontecimentos e a prestar o apoio solicitado pela SCP, em articulação com a ACDL;
- 10) Perante o impasse criado, o Município de Lisboa ordenou a demolição dos pombais e a desocupação do terreno, tendo marcado o dia 10 de março para a execução de tal decisão;
- 11) Tendo tomado conhecimento da existência de atos tendentes à execução de tal decisão, a SCP, de imediato, deslocou-se ao local, encetando negociações com os representantes aí presentes da Câmara Municipal, em permanente contacto quer com a ACDL quer com a FPC;
- 12) Depois de um longo dia de negociações, foi possível alcançar um primeiro entendimento com o Município de Lisboa, que se mostrou sensível aos argumentos apresentados por parte da SCP, da ACDL e da FPC, tendo-se decidido suspender a diligência em curso, com vista ao acerto final e formalização do acordado;
- 13) O Município de Lisboa apresentou uma primeira proposta de acordo, no dia imediato, que foi recusada pela SCP e pela ACDL, tendo-se agendado nova reunião para o dia 19 de março;
- 14) Nessa nova reunião, na qual estiveram presentes quer a SCP, quer a ACDL, com o conhecimento e acompanhamento da FPC, formalizou-se acordo definitivo quanto a esta matéria, tendo o Município acordado em:



F.P.C



A.C.D.L.



S.C. P.

- a) Abranger no acordo todos os columbófilos que utilizavam o terreno alienado, independentemente da sua situação irregular de ocupação do terreno primitivo;
- b) Disponibilizar local adequado para a guarda transitória dos pombos correio (aos columbófilos que o necessitassem), permitindo o acesso aos respetivos columbófilos para o tratamento daqueles;
- c) Disponibilizar um de dois terrenos existentes, à escolha dos columbófilos em causa, para a instalação de novos pombais;
- d) Conceder apoio, no valor de 20.000 euros, para reinstalação dos pombais.

15) Para além da verba concedida pela CML, a REN disponibilizou igualmente uma verba de 6.000 euros para custear as obras de reinstalação dos pombais.

Do desenrolar de todo este processo cumpre realçar duas situações:

Em primeiro lugar, a FPC respeita a autonomia e competências próprias quer das coletividades, quer das associações distritais. A FPC presta todo o apoio logístico, profissional e técnico que as suas estruturas necessitam, mas não se substitui à atividade daquelas.

A atuação responsável, quer da ACDL, quer da SCP, demonstrou a importância singular das estruturas de proximidade na resolução de situações desta natureza, principalmente quando essa atuação é realizada em permanente contacto e com o apoio da FPC.

Este processo constitui um caso exemplar em que a adequada articulação entre a FPC, a ACDL e a SCP produziu efeitos francamente positivos.



F.P.C



A.C.D.L.



S.C. P.

Em segundo lugar, enquanto, com serenidade e sentido de responsabilidade, a SCP, a ACDL, a FPC e os columbófilos envolvidos procuravam desenvolver as difíceis negociações acima descritas, em vários *sites* dedicados à columbofilia, bem como em redes sociais, publicitava-se, de forma enganosa e catastrófica, que os referidos pombais já tinham sido demolidos, sem qualquer intervenção da estrutura associativa e federativa.

Tais alardes, além de falsos (como acima se deixa claro) e fruto, com certeza, de desinformação, não contribuíram para o diálogo construtivo que se encontrava em curso entre as partes intervenientes, com vista à proteção dos interesses dos columbófilos envolvidos.

A solução alcançada foi, assim, possível **apesar** do contravapor instalado nas redes sociais.

23 de Março de 2015

O Presidente

Fed. Port. Columbofilia

José Luís Jacinto

O Presidente

Assoc. Col. Dist. Lisboa

Carlos Alberto F. Teixeira

O Presidente

Soc. Col. de Portugal

Victor Boa Nova